

HABEAS CORPUS Nº 480.503 - SP (2018/0311917-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : RAQUEL ANDRUCIOLI REIS
ADVOGADO : RAQUEL ANDRUCIOLI - SP212324
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATEUS RODRIGUES DIAS (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, QUE INDEFERIU MEDIDA DE URGÊNCIA EM *MANDAMUS* ORIGINÁRIO. SÚMULA 691/STF. SUPERAÇÃO NA OCASIÃO DO DEFERIMENTO DA MEDIDA LIMINAR. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ART. 319 DO CPP). POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

Ordem concedida nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Mateus Rodrigues Dias** – preso em flagrante pela prática, em tese, do crime de tráfico de drogas –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu o pedido liminar no *writ* ali impetrado (*Habeas Corpus* n. 2245836-51.2018.8.26.0000), mantendo a prisão preventiva imposta pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Franca/SP (Autos n. 1502572-19.2018.8.26.0196).

Alega-se constrangimento ilegal consistente na decretação e manutenção da prisão cautelar imposta ao paciente, sem fundamentação idônea para tanto.

Postula-se, ao final, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva imposta.

Deferi o pedido liminar para substituir a prisão preventiva do paciente por medidas alternativas à prisão até o julgamento de mérito do presente *writ* (fls. 230/232).

Dispensadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 237).

É o relatório.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Pretório Excelso, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Antes de analisar o mérito da impetração, consultei o portal eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo na internet e constatei que houve superveniência do julgamento do *mandamus* ali impetrado, com a denegação da ordem.

No caso, necessária a confirmação da liminar anteriormente deferida.

Não obstante as relevantes considerações realizadas pelo Magistrado singular, a respeito da prisão em flagrante, bem como da quantidade de droga apreendida (27,03 g de maconha, dinheiro e petrechos – fl. 75), relacionada à prática do crime, as demais circunstâncias descritas nos autos revelam que a aplicação de medidas alternativas à prisão se mostram suficientes a evitar a reiteração delitiva, considerando tanto o fato de o paciente ser primário como de o crime, apesar de grave, ter sido cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Importante salientar que, com o advento da Lei n. 12.403/2011, a prisão cautelar passou a ser, mais ainda, a mais excepcional das medidas, devendo ser aplicada somente quando comprovada a inequívoca necessidade, devendo-se sempre verificar se existem medidas alternativas à prisão adequadas ao caso concreto. A propósito: HC n. 255.834/MG, Ministro Jorge

Mussi, Quinta Turma, DJe 15/9/2014.

Assim, mostra-se suficiente, no caso, a aplicação das medidas alternativas, consistentes em: a) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições a serem fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades (art. 319, I, do CPP); b) proibição de acesso ou frequência a lugares a serem identificados pelo Magistrado singular, relacionados com a prática criminosa (art. 319, II, do CPP); c) proibição de se ausentar da comarca, sem autorização judicial (art. 319, IV, do CPP); e d) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga (art. 319, V, do CPP).

Em face do exposto, **concedo** a ordem, confirmando a liminar deferida, para assegurar ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente *writ*, mediante o cumprimento das medidas alternativas à prisão, previstas no art. 319, I, II, IV e V, do Código de Processo Penal, salvo prisão por outro motivo e sem prejuízo da aplicação, ou não, de outras medidas alternativas à prisão, fundamentadamente.

Comunique-se com urgência.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator